PROTOCOLO PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES EM SITUAÇÃO DE PANDEMIA POR CORONAVÍRUS (COVID 19)

Este Protocolo apresenta medidas de prevenção e controle de infecções causadas por um vírus novo e, portanto, estas orientações são baseadas no que se sabe até o momento.

Porém, as autoridades de saúde podem determinar ações de prevenção e controle MAIS RIGOROSAS que as definidas neste Protocolo, a partir de uma avaliação caso a caso.

1. OBJETIVO

Esta Nota Técnica tem como objetivo recomendar as ações relativas à gestão de resíduos, nessa situação de pandemia, visando garantir a proteção da saúde pública das pessoas que se encontram em isolamento domiciliar ou em quarentena, por confirmação ou por suspeita de contaminação pela COVID – 19. Tem, portanto, como finalidade, a proteção da disseminação da doença por meio dos resíduos sólidos.

O termo isolamento domiciliar é utilizado quando a pessoa já testou positivo para o Coronavírus ou está sob suspeita de contaminação. Neste caso, esta fica em casa em isolamento domiciliar com todos os cuidados possíveis, caso os sintomas sejam leves. Nos casos mais graves com comprometimento respiratório, a mesma deve ir para o hospital, também em isolamento hospitalar. O isolamento domiciliar compreende um prazo de 14 dias, conforme recomendação médica, podendo ser estendido por até igual período dependendo do resultado do exame laboratorial.

A quarentena humana é a restrição de movimento determinada mediante ato administrativo formal estabelecido pelas secretarias de saúde dos Estados, Municípios, Distrito Federal, Ministro de Estado da Saúde ou superiores em cada nível de gestão. É ato publicado em diário oficial e amplamente divulgado pelos meios de comunicação. É uma medida de saúde pública destinada a conter surtos epidêmicos ou a evitar que um determinado agente infeccioso atinja um território ou grupo social. As práticas de quarentena humana são: impedir o desembarque de passageiros, colocar em ambiente domiciliar os doentes e/ou os familiares de pessoas que manifestem determinado quadro clínico ou a internação hospitalar de doentes. A medida de quarentena será adotada pelo prazo de até 40 dias, podendo se estender pelo tempo necessário.

O isolamento social é uma medida preventiva adotada para conter a doença. É um período importante para ficar em casa, para quem tem esta opção. A medida é uma prevenção para quem não tem a doença não pegar, e para quem tem, sem saber, não transmitir, portanto não são férias.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Um novo coronavírus (SARS – COV – 2) foi identificado como causa de doença respiratória aguda grave (COVID – 19). A transmissão da COVID-19 se dá pelo contato pessoa-a-pessoa e por meio de qualquer objeto inanimado ou substância capaz de absorver, reter e transportar organismos contagiantes ou infecciosos (de germes a parasitas), de um indivíduo a outro. O vírus SARS-COV-2 pode permanecer viável em superfícies ambientais por até 24 horas ou mais. A transmissão de doenças infecciosas também pode ocorrer por meio do manejo de corpos. Isso é agravado por uma situação de ausência ou uso

inadequado dos equipamentos de proteção individual (EPI). Nesse caso, o risco de transmissão também está associado ao contato entre familiares e amigos. Essa recomendação deverá ser observada durante os períodos com indicação de isolamento domiciliar e quarentena.

3. O CORONAVÍRUS: CLASSIFICAÇÃO

O novo Coronavirus (COVID – 19) é um vírus enquadrado como risco biológico da classe de risco III (alto risco individual e moderado risco para a comunidade). Esta classe inclui os agentes biológicos que possuem capacidade de transmissão por via respiratória e que causam patologias humanas ou animais, potencialmente letais, para as quais existem usualmente medidas de tratamento e prevenção. Representam risco se disseminados na comunidade e no meio ambiente, podendo se propagar de pessoa para pessoa.

4. RESÍDUOS PRODUZIDOS NOS DOMICÍLIOS DE PESSOAS QUE ESTÃO EM ISOLAMENTO DOMICILIAR OU QUARENTENA

Todos os resíduos produzidos por aqueles que se encontram em isolamento domiciliar ou quarentena, e por quem lhe prestar assistência, com suspeita ou confirmação de infecção pela COVID – 19, devem seguir as seguintes recomendações:

- serem separados, colocados em sacos de lixo constituídos de material resistente a ruptura, vazamento e impermeáveis;

- serem fechados com lacre, ou na ausência deste, nó, quando o saco estiver até 2/3 (dois terços) de sua capacidade, garantindo-se sua integridade e fechamento;

- serem introduzidos em outro saco limpo, constituído de material resistente a ruptura, vazamento e impermeáveis, de modo que os resíduos fiquem acondicionados em sacos duplos, bem fechados e identificados com o dizer: CUIDADO RESÍDUO INFECTANTE – COVID - 19, de modo a não causar problemas para o trabalhador da coleta e nem para o meio ambiente;

- descartar em coletores preferencialmente com tampa de acionamento por pedal, onde serão encaminhados normalmente para a coleta de resíduos sólidos urbanos.

Se a pessoa estiver em condomínio, é necessário informar ao síndico, aos responsáveis pelas medidas de segurança e higiene do coletor, ou funcionário destinado a essa função.

É importante obedecer aos limites de peso estabelecidos para os sacos de acondicionamento, pois isto aumenta a garantia de que os sacos vão permanecer íntegros e vão poder ser fechados sem dificuldades, além de proteger a saúde do trabalhador da limpeza pública.

Recomenda-se aos domicílios com caso confirmado de Coronavírus (COVID – 19), não entregar resíduos recicláveis aos catadores, a fim de não expor esses trabalhadores ao risco. Estes resíduos serão encaminhados ao Aterro Sanitário do DF.

Os resíduos gerados pelos serviços de atenção domiciliar (ex: homecare) ou por aquele que acompanha o tratamento do paciente em seu domicílio, devem ser acondicionados e recolhidos pelos próprios agentes de atendimento ou por pessoa treinada que poderá providenciar que os resíduos gerados pelo paciente nesse domicílio recebam coleta e tratamento adequados. Desta forma, o envio de kit com sacos plásticos (neste caso, brancos leitosos, com identificação de resíduo infectante) e lacres devem ser de responsabilidade do prestador do serviço, bem como a coleta dos resíduos.

5. RESÍDUOS PRODUZIDOS EM EMPRESAS DE ÔNIBUS, METRÔ, TREM, HOTÉIS, RODOVIÁRIAS E OUTROS COM ELEVADA CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS

Para situações com caso (s) suspeito (s) ou confirmado(s) de infecção por coronavírus (COVID – 19), os resíduos produzidos pelo (s) cliente (s) e por quem lhe(s) tenha prestado assistência, devem ser acondicionados em sacos de lixo duplo. Quando o saco estiver cheio – enchimento máximo de 2/3 (dois terços) da sua capacidade – deve ser bem fechado, de preferência com lacre, e colocado em coletor com abertura por pedal e com tampa.

6. NO CASO DE MORTE DE PESSOAS EM AMBIENTE DOMICILIAR COM CONFIRMAÇÃO OU SUSPEITA DE COVID-19

Reportar ao SVO (Serviços de Verificação de Óbitos), que irá recolher o corpo e fornecer aos demais residentes orientações de desinfecção dos ambientes e objetos utilizados pelo falecido (uso de solução clorada 0,5% a 1%).

Os familiares/responsáveis ou gestores das instituições de longa permanência de idosos que reportarem o óbito deverão receber orientações para não manipularem os corpos e evitarem o contato direto. Imediatamente, após a informação do óbito, em se tratando de caso suspeito de COVID-19, o médico atestante deve notificar a equipe de vigilância em saúde. Esta deverá

proceder a investigação do caso e verificar a necessidade de coleta de amostras para identificar a causa do óbito (caso o paciente seja caso suspeito).

A retirada do corpo deverá ser feita por equipe de saúde, observando as medidas de precaução individual. Os residentes com o falecido deverão receber orientações de desinfecção dos ambientes e objetos (uso de solução clorada 0,5% a 1%).

7. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se, com essas condutas, ampliar a colaboração da sociedade na redução do impacto da pandemia do Coronavírus, com vistas à proteção da saúde de toda a população.

**COMISSÃO DE CRIAÇÃO DO PROTOCOLO PARA A GESTÃO DE
RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES EM SITUAÇÃO DE PANDEMIA POR
CORONAVÍRUS – COVID 19 NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL**

Andria Carneio Vieira
Auditora Vigilância Sanitária
DIVISA/DF
Matrícula: 1.401.282-0

Marcelo Cavalcante de Oliveira
Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária
ANVISA
Matrícula: 1568273

Manoel Silva Neto
Diretor Vigilância Sanitária/DF
Matrícula:1.401.377-0

Referências Técnicas:

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES. Recomendações para a gestão de resíduos em situação de pandemia por Coronavírus (COVID-19). Marco de 2020.

BRASIL. Anvisa. RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA-RDC da ANVISA Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018 que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Brasília: 2018. DOU nº 61, 29 de março de 2018. Disponível

em:
http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3427425/RDC_222_2018_.pdf/c5d3081d-b331-46268448-c9aa426ec410

Classificação de Risco dos Agentes Biológicos, publicada em 2017, pelo Ministério da Saúde, disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/classificacao_risco_agentes_biologicos_3 e d.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/classificacao_risco_agentes_biologicos_3_e_d.pdf)

Nota Técnica Gvims/Ggtes/Anvisa Nº 04/2020 e Manejo de corpos no contexto do novo Coronavírus COVID-19 do Ministério da Saúde 0 - Versão 1 de 25/03/2020

Protocolo de Manuseio de Cadáveres e Prevenção para Doenças Infecto Contagiosas de Notificação Compulsória, com Ênfase em COVID – 19 para o Âmbito do Distrito Federal, aprovado através da Portaria Conjunta nº 09 de 27/03/2020